



Senadores propõem novos direitos a passageiros de aéreas

Tramitam no Senado vários projetos para assegurar garantias, como a de reservar o assento no voo sem pagar por isso e a de poder transferir bilhetes para outras pessoas

O Senado analisa uma série de projetos que podem criar novos direitos aos passageiros da aviação e também aliviar o bolso dos consumidores. Um dos destaques é o projeto que proíbe a cobrança pela marcação de assentos, prática que já vem sendo feita por algumas companhias desde o início do ano. Outra proposta altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para permitir a transferência de bilhetes aéreos entre passageiros. Hoje a passagem é pessoal e intransferível. O código, vigente desde 1986, também está sendo atualizado pelo Senado. A proposta original, de uma comissão de especialistas, deve ser alterada pelo relator. Ele quer incluir, por exemplo, texto que obriga a indenização de passageiros prejudicados por atrasos em voos. **3**



Waldemir Borges/Agência Senado — 8/8/2018

Plenário do Senado aprovou neste mês projeto que proíbe as companhias aéreas de cobrarem tarifa para marcação antecipada de assento em voos

Representantes da comunidade japonesa pedem mais integração entre os países

Em sessão especial promovida ontem em comemoração aos 110 anos da imigração japonesa, representantes da comunidade nipônica no Brasil defenderam a integração e o estreitamento dos laços entre os dois países.

Em 1908, o navio Kasato Maru aportou em Santos, trazendo 700 imigrantes vindos do Japão. Hoje o Brasil abriga a maior comunidade de descendentes japoneses do mundo, com 1,5 milhão de pessoas. **2**



Pedro Franco/Agência Senado

Sessão especial contou com a participação de parlamentares, diplomatas, empresários e religiosos

Plenário deve votar prazo para alteração da meta fiscal

Projeto que está pronto para ser votado no Plenário estabelece que o Executivo terá até o fim de setembro (término do terceiro semestre financeiro) para propor ao Congresso alteração da meta fiscal relativa ao exercício em curso. **3**

Injúria contra criança ou adolescente pode ter pena mais dura

Quem cometer crime de injúria de natureza racial ou relacionada à condição de pessoa com deficiência contra criança ou adolescente pode ter pena maior. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça. Se passar, vai à Câmara. **3**

Publicadas leis que cumprem acordo com caminhoneiros

Foram publicadas ontem três leis decorrentes de medidas provisórias editadas para pôr fim à greve dos caminhoneiros. Entre elas, está a que garante isenção de pedágio em todo o território nacional para o eixo suspenso de caminhões que viagem sem carga. **2**

Sistema de saúde é obrigado a atender moradores de rua

Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social, como moradores de rua, terão de ser atendidos pelo Sistema Único de Saúde, mesmo que não apresentem comprovante de residência. A lei foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. **2**



Projetos buscam reduzir cesarianas

A Procuradoria da Mulher no Senado e projetos em análise no Congresso têm buscado formas de evitar as cirurgias cesarianas quando não houver fator de risco para um parto natural. O Brasil

ocupa o segundo lugar no mundo em número de cesarianas. Enquanto a Organização Mundial da Saúde estabelece em até 15% a proporção recomendada, no Brasil o percentual é de 57%. **4**



Marcello Casal Jr./ABR

Casa de Parto de São Sebastião, no Distrito Federal, oferece partos humanizados pelo SUS

Plenário homenageia imigração japonesa

Senado fez sessão para celebrar os 110 anos da chegada do navio Kasato Maru, com as primeiras 700 pessoas vindas do Japão. Hoje são 1,5 milhão de descendentes

O NAVIO KASATO Maru desembarcou no Porto de Santos (SP), em 1908, trazendo a primeira leva de pouco mais de 700 imigrantes japoneses ao Brasil. Hoje o país abriga a maior comunidade de descendentes nipônicos do mundo, com 1,5 milhão de pessoas. Os 110 anos da chegada dos japoneses foram celebrados ontem em uma sessão especial no Plenário do Senado.

A convite de Hélio José (Pros-DF), representantes da comunidade japonesa no país participaram da homenagem e defenderam a integração e o estreitamento ainda maior dos laços entre os dois países, notadamente no esporte, na cultura, na economia, na ciência e na tecnologia.

— Não fosse a vinda dos japoneses, o Brasil seria hoje menos plural e menos rico. Seria menos Brasil porque nada nos define melhor que a nossa diversidade. Eles nos ensinaram mais do que aprenderam, com certeza. A homenagem do Senado aos



Representantes da comunidade japonesa defenderam a integração entre os dois países durante a sessão especial

imigrantes se estende a todo o povo do país — afirmou.

O embaixador do Brasil no Japão, Eduardo Paes Saboia, ressaltou a relação entre as duas nações, as quais, segundo ele, “partilham de sólidos valores políticos, econômicos e humanos”.

— Partilhamos valores comuns, como apreço pela paz,

pela democracia e preocupação com o meio ambiente, além de horror a armas nucleares — disse o embaixador.

O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), integrante do Grupo de Amizade Brasil-Japão, salientou que o país asiático é a terceira maior potência econômica do mundo, atrás somente de Estados Unidos

e China. Possui um povo determinado, que o levou a ser referência mundial no sistema de produção, na gestão empresarial e na inovação, tanto que abriga 40 das 100 empresas mais inovadoras do mundo.

Segundo o deputado, o Brasil, por ter a maior colônia japonesa, se beneficia disso e colhe frutos:

— O Cerrado passou a ser uma das áreas mais produtivas da agroindústria no país graças a eles — afirmou Vitor Lippi.

Após a reunião, os convidados participaram da abertura de uma exposição de registros da imigração japonesa promovida pela Casa. A mostra está no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima e ficará aberta ao público até sexta-feira.

Também participaram os representantes da embaixada do Japão, Osamu Yamanaka e da Agência de Cooperação Internacional do Japão no Brasil, Akio Saito, o presidente da Federação das Associações Nipo-Brasileiras do Centro-Oeste, Hermínio Suguino, a assessora do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores Cecília Ishitani, o monge budista Ademar Sato, e o presidente da Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Nipo-Brasileira do Distrito Federal, Waldemar Umeda.

Reportagem especial sobre o tema: <http://bit.ly/ArquivoSjaponeses>

Isenção de pedágio para eixo suspenso de caminhão vira lei

Foram transformadas em lei três medidas provisórias resultantes das negociações para acabar com a greve dos caminhoneiros ocorrida no final de maio. As normas foram publicadas ontem no *Diário Oficial da União*. Uma delas, referente à indenização pelo trabalho em período de folga de policiais rodoviários federais, teve um ponto vetado.

A Lei 13.711, decorrente da MP 833/2018, garante isenção de pedágio em todo o território nacional para o eixo suspenso dos caminhões que viajem sem carga. Os caminhões que passarem pelas praças de pedágio com um ou mais eixos suspensos serão considerados descarregados e terão direito à isenção. A regra já era prevista na Lei 13.103, de 2015, que rege o exercício da profissão de motorista, mas era aplicada apenas às rodovias federais. Com o novo texto, ela passa a valer também para as vias estaduais, distritais e municipais.

As autoridades de trânsito de cada unidade da Federação devem se encarregar de regulamentar a fiscalização

dos veículos que fizerem jus à isenção. Caminhões carregados que suspenderem indevidamente os seus eixos adicionais poderão ser enquadrados na infração de evasão de pedágio, que é considerada grave pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Frete

Também foi sancionada a Lei 13.713, decorrente do Projeto de Lei de Conversão (PLV) da MP 831/2018, que reserva um mínimo de 30% do frete contratado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para cooperativas e associações de transportadores autônomos.

A Conab usa as transportadoras para movimentar grãos pelo país e garantir o abastecimento de todas as regiões.

A nova lei também possibilita aos transportadores serem contratados sem licitação. O preço do frete não poderá exceder o praticado pela Conab. Além disso, o contratado deve atender aos requisitos estabelecidos pela companhia, que é vinculada ao Ministério da Agricultura.

Já a Lei 13.712, originada na MP 837/2018, determina o pagamento de indenização para o policial rodoviário federal que trabalha no período de folga. De acordo com o texto, o policial pode ser convocado para trabalhar no período de folga em situações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam significativa mobilização do efetivo.

O texto estabelece dois valores: R\$ 420 para 6 horas de jornada adicional e R\$ 900 para 12 horas. A despesa prevista é de R\$ 16,8 milhões em 2018 e de R\$ 28,8 milhões em 2019 e em 2020. Segundo o governo, os valores foram remanejados do orçamento da Polícia Rodoviária Federal.

Foi vetado artigo que previa a atualização dos valores da indenização por meio de decreto. O veto foi recomendado pelos Ministérios da Justiça e da Fazenda, que alegaram inconstitucionalidade, pois o mecanismo cria a obrigação de emissão de decreto, que é de iniciativa privativa do presidente da República.

Com Agência Câmara

Moradores de rua têm atendimento garantido em hospitais públicos

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a lei que garante atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social, mesmo que eles não apresentem comprovante de residência. A Lei 13.714 proíbe expressamente a recusa de atendimento pelo SUS nesses casos.

O texto original do PLC 112/2014 obrigava a criação de identidade visual para o Sistema Único de Assistência Social (Suas), que sirva para identificar os locais que prestam esse serviço à população. A identidade visual seria nos moldes do SUS.

Porém, o senador Eunício Oliveira (MDB-CE) apresentou uma emenda para determinar o atendimento a moradores de rua, geralmente assistidos por instituições filantrópicas. A lei garante a essa camada da população a atenção integral à saúde, inclusive com entrega de medicamentos e produtos de interesse para a saúde.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Textos garantem direitos a passageiros de aéreas

Pauta do Senado tem várias propostas sobre o tema. Entre elas, uma que proíbe a cobrança por reserva de assento nas aeronaves e outra que permite a transferência de bilhetes

MEDIDAS QUE RETIRARAM direitos dos passageiros da aviação, como a isenção de cobrança por despacho de bagagens e na marcação antecipada de assentos, estão atraindo a atenção dos senadores, que demonstram insatisfação com o que consideram “omissão” da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Para evitar mais prejuízos aos consumidores, propostas em análise no Senado asseguram vantagens e diminuem o impacto no bolso dos usuários.

Um dos destaques é o projeto de Reguffe (sem partido-DF) que proíbe a cobrança de valor adicional para marcação de assentos em voos no Brasil. Empresas aéreas como a Gol já cobram taxa extra para reserva de cadeiras. A prática teve a anuência da Anac, mas recebeu críticas dos órgãos de defesa do consumidor. Pelo texto (PLS 186/2018) aprovado pelos senadores, que seguiu para a Câmara, o passageiro tem direito à marcação gratuita e torna-se prática abusiva a cobrança pela escolha prévia do lugar. A companhia aérea infratora deverá pagar multa se não cumprir a regra.

Transferência

Outra proposta que aguarda avaliação dos deputados é o PLS 394/2014, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que permite a transferência de bilhete aéreo entre passageiros. A operação deverá obedecer a regras e restrições impostas pela companhia aérea e a exigências fixadas pela autoridade aeronáutica em relação à identificação dos passageiros, diz o texto.

Uma resolução da Anac estabelece que o bilhete de passagem aérea é pessoal e



Lio de Paula/Agência Senado

Proposta de atualização do Código de Aeronáutica confirma regra da Anac que permite cobrança de bagagens

intransferível. Mas a regra é imposta por legislação infralegal. O projeto objetiva regulamentar a questão, alterando o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Em fevereiro, uma proposta que dá prazo máximo de sete dias para as empresas aéreas reembolsarem os passageiros por bilhetes não utilizados foi enviada à Câmara, onde aguarda análise dos deputados. Pelo PLS 313/2013, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o consumidor deverá receber o valor pago pela passagem, corrigido. Se a companhia aérea descumprir a lei, será punida com multa de 100% sobre o valor devido ao passageiro.

Pelo texto, em caso de paralisação das aéreas, o consumidor pode escolher, como ressarcimento, o reembolso do valor pago ou o endosso do bilhete por outra empresa.

Milhas

Pontos e milhas dos programas de fidelidade não poderão expirar em prazo inferior a 36

meses, contados a partir da data em que foram creditados na conta do consumidor. A regra está prevista no PLS 642/2015, do senador Magno Malta (PR-ES), pronto para votação em Plenário.

Pelo texto, o consumidor deverá ser avisado com 90 dias de antecedência sobre qualquer alteração no regulamento do programa. Em caso de sucessão e herança, será possível a transferência dos pontos ao cônjuge e aos parentes consanguíneos colaterais. A exigência de saldo mínimo para transferência de pontos ou milhas fica proibida.

O texto caminha em conjunto com o PLC 124/2015, mas o teor deste foi rejeitado pelo relator na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Também está na pauta projeto que reduz a variação excessiva dos preços das passagens. O PLS 60/2018, do senador Aírton Sandoval (PMDB-SP), determina que a diferença de preço entre cada classe tarifária

de um mesmo voo não poderá ultrapassar 50% do valor. O projeto também obriga as companhias a atualizar, na internet, o preço da passagem na hora da compra, de acordo com a escolha de assentos.

Para Sandoval, o objetivo é evitar abusos. Ele afirma que empresas aéreas estão usando a metodologia de precificação dinâmica, em que quanto mais um voo é procurado, mais cara fica a passagem. O texto aguarda relator na CCJ.

Novo código

Dezenas de projetos que afetam os direitos dos usuários da aviação estão sendo analisados em conjunto pela comissão especial do Senado criada para atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), que é de 1986. O relator do PLS 258/2016 é o senador José Maranhão (PMDB-PB). O texto original é de autoria de uma comissão de especialistas.

A proposta já teve uma primeira versão do relatório aprovada em setembro de 2017, mas Maranhão quer

fazer uma complementação. O texto do senador, com 372 artigos, atualiza a abordagem legal sobre assuntos que vão da infraestrutura do setor de aviação a direitos do consumidor.

A nova versão aguarda análise desde o fim do ano passado. Neste período, outras propostas que alteram o CBA foram apresentadas ao Senado e devem ser incorporadas ao substitutivo.

O texto do Novo CBA mantém a autorização para a exploração dos serviços de transporte aéreo somente a empresas criadas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país. Mas derruba o limite máximo atual de 20% de capital estrangeiro nas empresas.

A proposta também confirma as mudanças aprovadas recentemente pela Anac, que acabam com a franquia obrigatória da bagagem despachada nos voos nacionais e internacionais. Para isso, o relator rejeita o PLS 132/2016, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que garantia o direito de despachar bagagens sem ônus. Parte do teor do PLS 101/2015, de Reguffe, que torna obrigatória a indenização aos passageiros prejudicados por atrasos das companhias aéreas, foi acolhida no relatório do Novo CBA.

Outros projetos foram rejeitados por Maranhão. Entre eles, estão o PLS 289/2015, de Gladson Cameli (PP-AC), que obriga as empresas estrangeiras a ter em cada aeronave ao menos um comissário de bordo que fale português, e o PLS 551/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), que limita o acréscimo de preço, na mesma faixa tarifária, em caso de remarcação de bilhete.

Senadores podem votar em Plenário prazo para alteração da meta fiscal

O Executivo terá até o fim de setembro — término do terceiro semestre financeiro — para propor ao Congresso alteração da meta fiscal relativa ao exercício em curso e o descumprimento da norma configuraria crime de responsabilidade. É o que estabelece projeto de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que está pronto para ser votado no Plenário.

A meta fiscal é o resultado da gestão financeira a ser entregue pelo governo federal e registrado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A expectativa da receita a ser arrecadada menos a estimativa de gastos ao longo do ano leva ao chamado resultado primário. A meta fiscal é o valor do resultado primário que o governo deve atingir.

O assunto ganhou relevância em agosto de 2016, com a aprovação no

Congresso Nacional da alteração das metas fiscais para 2017 e 2018, que foi sancionada pelo presidente Michel Temer em setembro. Para 2018, o governo está autorizado a registrar déficit de até R\$ 159 bilhões.

Pelo texto original, a data limite para o governo propor alteração da meta fiscal seria o fim do primeiro semestre do exercício financeiro, ou seja, até julho. Uma emenda de Romero Jucá (MDB-RR), alterou o prazo para setembro.

O senador pretendia retirar do texto a menção a crime de responsabilidade. O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), aceitou flexibilizar o prazo, mas restabeleceu a menção. Segundo ele, isso “é fundamental” para a finalidade pretendida, a de fortalecer os instrumentos de planejamento orçamentário-financeiro previstos na Constituição.

Pena mais dura por injúria contra criança ou adolescente está na pauta de comissão

Um projeto de lei propõe aumentar a pena de quem cometer crime de injúria de natureza racial ou relacionada à condição de pessoa com deficiência contra criança ou adolescente. O PLS 42/2016 é do senador licenciado Telmário Mota (PTB-RR) e tem Paulo Paim (PT-RS) como relator.

A proposta está pronta para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois deve ser enviada para a Câmara.

O crime de injúria — ofensa à dignidade ou ao decoro de alguém — é punido pelo Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940) com detenção, de um a seis meses, ou multa. Se motivado por raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou com deficiência, a punição se amplia para reclusão, de um a três anos, mais multa.

A inovação trazida pelo projeto é aumentar a pena em um terço nos casos em que envolver discriminação por raça ou deficiência e se dirigir contra criança ou adolescente.

“A proposta, ao tornar mais grave a pena do crime de injúria social, que envolve elementos de etnia, raça, origem nacional, religião, quando a vítima é criança ou adolescente, ratifica a norma programática positivada no caput do art. 227 da Constituição, segundo a qual se assegura à criança e ao adolescente o direito ao respeito e a não sujeição a qualquer forma de discriminação e opressão. Não é do interesse de nenhuma sociedade que seus cidadãos em formação e em processo de interiorização de valores sejam submetidos a ofensas dessa magnitude”, afirma Paim no parecer.

Especialistas apontam epidemia de cesarianas

Congresso busca formas de evitar os partos cirúrgicos desnecessários, sem fatores de risco que justifiquem a intervenção ou mesmo antes de a mãe entrar em trabalho de parto

Aline Guedes

O BRASIL OCUPA o segundo lugar no mundo em número de cesarianas. Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece em até 15% a proporção recomendada, no Brasil esse percentual é de 57%. Grande parte dessas cesarianas é feita de forma eletiva, sem fatores de risco que justifiquem a cirurgia, e antes de a mulher entrar em trabalho de parto. Em muitas localidades, faltam condições de assistência que favoreçam o sucesso do parto vaginal, tanto no setor público como no privado, como analisa a obstetra Roseli Nomura, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo).

—Equipes em número insuficiente de profissionais de saúde, não apenas médicos, mas obstetras, enfermeiras, anestesistas e neonatologistas prejudicam o cuidado à parturiente — observou.

Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) referentes aos nascimentos em 2016 apontam que 55,4% do total de nascidos vivos no Brasil o foram por meio de cesárea. Entre os estados com maiores índices, estão Goiás (67%), Espírito Santo (67%), Rondônia (66%), Paraná (63%) e Rio Grande do Sul (63%).

Dos partos realizados na rede pública de saúde, 40% ocorrem por meio de cesarianas. Já na rede particular esse índice chega a 84%, variando de acordo com a região. Para Roseli, esse diagnóstico deveria guiar governos e associações médicas nas ações para redução desse tipo de cirurgia. Os dados foram publicados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Opção da mulher

Roseli afirmou que a cesariana ajuda a salvar vidas, como nos casos em que há risco de hemorragia ou quando a placenta está obstruindo a saída do útero, por exemplo. Quando a mulher opta pela cesariana por fatores como medo ou dor, a médica aponta que programas de preparo para o parto e a indicação de medicamentos podem ajudar.

— Esse treinamento para o enfrentamento dos medos e da insegurança ajuda a evitar a indicação da cesárea sem real necessidade — ressaltou.

Muita gente desconhece que a via de nascimento deve ser



O parto humanizado deve ser oferecido pelo SUS a qualquer gestante, mesmo às que possuem plano de saúde particular

uma opção da mulher e da família, e não uma imposição médica, a menos que haja fatores de risco no parto natural. O Unicef ressalta que cada semana a mais de gestação, até a 42ª, aumenta as chances de a criança nascer saudável.

Apesar de considerar a cesariana um avanço da medicina que ajuda a salvar vidas, a obstetra do Hospital Universitário de Brasília (HUB) Lizandra Moura observou que há uma epidemia dessas cirurgias no Brasil. Segundo ela, muitas são motivadas geralmente pela busca de praticidade pelo médico ou pelo seu temor de processos judiciais.

—A gente precisa discutir e mudar essa cultura de tantas cesarianas. Implantar novas rotinas, esclarecer, voltar um pouco ao tempo do parto normal, humanizado, é fundamental — pontuou.

Casa de partos

Mãe de três crianças, Priscila Cristian de Andrade, de 34 anos, se sentiu enganada pelo obstetra que escolheu para cuidar de suas duas primeiras gestações: de Isabela, hoje com 7 anos, e de Clarissa, com 6. Segundo Priscila, apesar de ter se preparado para o parto normal das duas, sofreu uma pressão velada do médico pela cesariana, o que acabou acontecendo nos dois casos.

—Em nenhum momento tive a minha vontade respeitada. Quando chegou o momento, meu obstetra não me deu assistência, não teve a devida disponibilidade e ainda passava fazendo pressão psicológica no quarto — relatou.

Ao ver a cena se repetir, e sem ter nenhum problema de saúde que justificasse a cesariana, na terceira gravidez Priscila procurou uma casa de partos humanizada. Para ela, o parto normal era indispensá-

vel, porque pretende ter pelo menos mais dois filhos.

—Consultei meu médico e outros especialistas sobre as chances de ter o Isaac, hoje com 2 anos, por parto normal e com segurança. Nenhum dos profissionais disponibilizados pelo plano de saúde garantiu que eu teria parto normal após ter passado por duas cesarianas — lembrou.

Sensibilização

O Unicef afirmam que os direitos da criança começam — e devem ser garantidos — antes mesmo do nascimento. Para tanto, é fundamental que as mulheres tenham acesso ao pré-natal de qualidade e recebam todas as orientações para que seus filhos possam nascer no momento certo e de forma humanizada.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou novas recomendações sobre padrões de tratamento e cuidados relacionados às grávidas, com o intuito de reduzir intervenções médicas desnecessárias.

A coordenadora da Procuradoria da Mulher no Senado, Rita Polli, ressaltou a importância da sensibilização sobre espera pelo trabalho de parto espontâneo. De acordo com Rita, a procuradoria — comandada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) — tem trabalhado para equilibrar os dois lados, facilitando esse diálogo.

—Sempre realizamos debates envolvendo os diversos atores ligados a esse tema. É algo que também deve ter a participação do homem, resultando em muito mais tranquilidade e conforto emocional para a mulher — relatou.

A coordenadora da Procuradoria da Mulher citou o projeto Rede Cegonha, do Ministério da Saúde, que aconselha as gestantes sobre os benefícios

do parto normal, ressaltando que a cesárea só deve ser feita quando realmente necessária.

Rita considera essencial que essas políticas públicas sejam atreladas ao treinamento das equipes médicas quanto ao respeito à opinião da mulher em todo o seu processo gestacional.

Com o objetivo de aumentar a diferença de cesarianas em favor do parto normal e evitar partos cirúrgicos desnecessários, o Ministério da Saúde criou um sistema de monitoramento on-line para acompanhar a quantidade de cesáreas feitas no Sistema Único de Saúde (SUS). Desde março de 2018, ele pode ser acompanhado por gestores e usuárias do SUS, por meio do site da Secretaria de Vigilância em Saúde (*veja no Saiba Mais*).

Monitoramento

A coordenadora de Saúde das Mulheres do ministério, Mônica Neri, destacou a implantação do Projeto Parto Cuidadoso em 626 maternidades do país. Em três anos, o programa evitou 10 mil cesarianas desnecessárias em 35 hospitais.

Mônica disse que o Ministério já colheu as informações de todas as maternidades inseridas no programa e que os resultados estão sendo levados aos gestores dessas unidades, que deverão apresentar um plano de ação para melhoria da atenção à parturiente.

—À medida que o parto se torna humanizado, esse mo-

mento passa a ser prazeroso, compartilhado com a família e com o próprio bebê — ponderou.

Aguarda votação na Câmara dos Deputados projeto (PLS 8/2013) do ex-senador Gim Argello que obriga a obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos do SUS.

Também aguarda parecer da Câmara uma proposta de emenda à Constituição (PEC 100/2015) do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) que obriga o SUS a disponibilizar equipe multiprofissional às gestantes, composta pelo menos por pediatra, ginecologista, obstetra, enfermeiros e psicólogo.

Humanização

A humanização do parto no Brasil tem sido debatida no Senado ao longo dos anos, sobretudo por conta dos altos índices de cesarianas realizadas no país.

O assunto também está em pauta devido às denúncias de violência obstétrica recebidas durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Violência Contra as Mulheres, em 2012 e 2013.

Muitas gestantes ainda sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde no mundo inteiro, numa realidade reconhecida pela OMS e que coloca em risco a vida da mãe e da criança.

No Brasil, os especialistas concordam que um dos principais desafios para enfrentar esse problema é ajudar estados e municípios a executarem as metas fixadas pelo Ministério da Saúde.

Segundo a médica Lizandra Moura, as mulheres devem ter em mente que o parto é um direito seu. Algumas já ficam sabendo durante o pré-natal que vão precisar de parto cesáreo, devido a complicações demonstradas nos exames. Nos demais casos, a recomendação é aguardar as 39 semanas para marcar uma cesariana eletiva.

Saiba mais

Secretaria de Vigilância em Saúde
<http://bit.ly/VigilanciaSaude>

PLS 8/2013 (Na Câmara, PL 6.567/2013)
<http://bit.ly/PLS8-2013>

PEC 100/2015, sobre equipe multidisciplinar
<https://bit.ly/PEC100>

Especial Cidadania sobre parto humanizado
<http://bit.ly/Cidadania547>